

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 225, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.**

Altera os incisos I e II do artigo 15º da Lei Municipal nº 087, de 22 de dezembro de 1989, que Consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL**, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

Art. 1º Fica alterado o inciso I e II do art. 15º da Lei Municipal nº 087, de 27 de fevereiro de 1989, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 15. (...)

“I – 0,52 % (zero vírgula cinquenta e dois por cento) tratando-se de prédio;

II – 1, 625 % (um vírgula seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento) tratando-se de terreno.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de novembro de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**Fabiana da Silva Kraschefski**  
**Secretária da Administração**

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 225, de 28 de novembro de 2013, que “Altera os incisos I e II do artigo 15º da Lei Municipal nº 087, de 22 de dezembro de 1989, que Consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa à atualização da alíquota de incidência de IPTU sobre o lote que possui edificação.

A referida atualização visa alterar a alíquota, a qual passará de 0,40% para 0,52% objetivando suprir, em caráter emergencial, a defasagem da Planta Genérica de Valores do Município, uma vez que esta teve sua última atualização em 1996.

Essa alteração se faz necessária, pois os imóveis na cidade estão com seu valor venal desatualizado, gerando lançamento do IPTU em valores, na maioria dos casos, em valores muito abaixo do real.

Ocorre ainda que, em alguns casos, a taxa cobrada pelo Banco para a autenticação dos pagamentos é maior do que o valor cobrado pelo IPTU.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**